

Cadernos
IHU *ideias*



ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)
Ano 17 • nº 290 • vol. 17 • 2019



A Universidade em busca de um novo tempo

Pedro Gilberto Gomes

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



 UNISINOS

A Universidade em busca de um novo tempo

The University in search of a new time

Resumo

Neste artigo pretendo analisar aspectos que deixam transparecer a encruzilhada na qual se encontra o ensino superior hoje e, por conseguinte, a instituição universitária: ou acontece uma reinvenção do processo, ou a universidade perderá espaço na formação das pessoas. Hoje, ela é chamada a atuar com novas formas e novos métodos, nos desafios que a ela são postos. Enfim, precisa se reinventar. Nessa perspectiva, apresento aqui reflexões e opiniões expressadas por mim em momentos específicos da vida brasileira e que talvez possam contribuir modestamente para a estruturação de uma nova instituição universitária nacional.

Palavras-chave: Instituição Universitária; Gestão Universitária; Reforma Universitária.

Abstract

In this article I intend to analyze aspects that show the crossroads in higher education today and, therefore, the university institution: either a reinvention of the process happens, or the university will lose space in the formation of people. Today, she is called to act with new forms and new methods in the challenges that are posed to her. Anyway, you need to reinvent yourself. From this perspective, I present here reflections and opinions expressed by me in specific moments of Brazilian life that may perhaps contribute modestly to the structuring of a new national university institution.

Keywords: University Institution; University management; University Reform.

Cadernos
IHU *ideias*

**A Universidade em busca
de um novo tempo**

Prof. Dr. Pe. Pedro Gilberto Gomes

Vice-Reitor da Unisinos

ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)
ano 17 • nº 290 • vol. 17 • 2019

 UNISINOS

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS 

Cadernos IHU ideias é uma publicação quinzenal impressa e digital do **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor: Pedro Gilberto Gomes, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo: Nestor Pilz

ihu.unisinos.br

Cadernos IHU ideias

Ano XVII – Nº 290 – V. 17 – 2019

ISSN 1679-0316 (impresso)

ISSN 2448-0304 (online)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial: MS Rafael Francisco Hiller; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Prof. MS Gilberto Antônio Faggion; Prof. Dr. Lucas Henrique da Luz; MS Marcia Rosane Junges; Profa. Dra. Marlene Maia; Profa. Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Prof. Dr. Adriano Naves de Brito, Unisinos, doutor em Filosofia; Profa. Dra. Angelica Massuquetti, Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Profa. Dra. Berenice Corsetti, Unisinos, doutora em Educação; Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja, Unisinos, doutor em Psicologia; Prof. Dr. César Sanson, UFRN, doutor em Sociologia; Prof. Dr. Gentil Corazza, UFRGS, doutor em Economia; Profa. Dra. Suzana Kilpp, Unisinos, doutora em Comunicação.

Responsável técnico: MS Rafael Francisco Hiller

Imagem da capa: book-3013286_1920_pixabay

Revisão: Carla Bigliardi

Editoração: Gustavo Guedes Weber

Impressão: Impressos Portão

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003) – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003 –

v.

Quinzenal (durante o ano letivo).

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.

Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 11, n. 204 (2013).

ISSN 1679-0316

1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 316

1

32

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ISSN 1679-0316 (impresso)

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos IHU ideias:

Programa Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo RS Brasil
Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467
Email: humanitas@unisinos.br

A UNIVERSIDADE EM BUSCA DE UM NOVO TEMPO

Prof. Dr. Pe. Pedro Gilberto Gomes, sj

Vice-Reitor da Unisinos

Introduzindo

O trabalho na gestão universitária faz com que o gestor foque a universidade, examinando suas diversas facetas e a forma como ela se estrutura e se relaciona com o entorno social. Os desafios enfrentados obrigam o gestor a lançar mão de conceitos e opinar sobre as diferentes possibilidades do trabalho na administração universitária.

Ao longo dos muitos anos como gestor, fui induzido a expressar opiniões sobre distintas dimensões da dinâmica da vida universitária. Assim, sedimentei uma visão de universidade e consolidei a consciência de que ela, diante do porvir que, com incertezas, conseguimos descortinar, está no ponto em que deve repensar sua ação a partir da própria identidade. E será o gestor universitário que deverá liderar essa tarefa.

A seguir, pretendo analisar aspectos que deixam transparecer a encruzilhada na qual se encontra o ensino superior hoje e, por conseguinte, a instituição universitária: ou acontece uma reinvenção do processo, ou a universidade perderá espaço na formação das pessoas. Hoje, ela é chamada a atuar com novas formas e novos métodos, nos desafios que a ela são postos. Enfim, precisa se reinventar.

Nessa perspectiva, apresento aqui reflexões e opiniões expressadas por mim em momentos específicos da vida brasileira e que talvez possam contribuir modestamente para a estruturação de uma nova instituição universitária nacional.

I. Como reinventar a universidade?

Neste segundo decênio do século XXI, a universidade em geral e a brasileira em particular percebem a necessidade de se reinventar para estar em consonância com este novo tempo em que a sociedade se vê às

voltas. Ao longo do século XX, houve um processo de mudança social mediante o qual a humanidade passou de uma sociedade mecânica para a do conhecimento. Os paradigmas que possibilitavam no passado certa cosmovisão, hoje já não servem mais. Ao mesmo tempo, ainda não se domina a gramática para a leitura desse novo ambiente.

Mas uma pergunta resta não respondida: como reinventar a universidade? De onde virá a força motriz da transformação? Desconfia-se que o dinamismo da mudança, da reinvenção, não pode vir da própria universidade. Ou melhor, poderá dela provir desde que haja um movimento contrário à tendência conservacionista do sistema.

Este primeiro ponto reflete algumas condições que travam a transformação e, por outro lado, outras que indicam possíveis caminhos a seguir.

1. O problema

Quando criada, no século XIII, a universidade articulava-se integralmente por estudos filosóficos e teológicos. Com o advento da ciência moderna, fragmentou-se não só o saber, mas a maneira de sua produção, transmissão e socialização.

O crescente grau de especialização fez com que a universidade se desdobrasse em faculdades, centros, institutos e departamentos. Com a administração centralizada, transformou-se, paradoxalmente, numa federação, perdendo a sua inspiração original.

Hoje, para não morrer, por causa da necessidade de adoção de novas práticas pedagógicas e de pesquisa em função do desenvolvimento da tecnologia da informação, é imperativo para a universidade que ela se reinvente. A retomada de sua inspiração original surge como uma possibilidade de reinvenção. Não como uma volta idílica ao passado, mas como um ponto de superação e de síntese, isto é, como um salto qualitativo que a coloque com capacidade de responder aos desafios do tempo presente.

A cada momento histórico, a instituição universitária precisou adaptar-se a ele, e graças a essa capacidade de adaptação, sobreviveu e atravessou incólume oito séculos de história. A dinâmica dessa adaptação parece ter sido aquela em que, frente ao desafio posto pela realidade, a instituição se modifica, se reestrutura e exterioriza. Esta nova identidade, mais tarde, ao sofrer novos questionamentos decorrentes de outra realidade emergente, entra novamente em crise e, em resposta, precisará se reestruturar. E assim sucessivamente. Ela está sempre sendo desafiada pelo futuro para continuar sendo universidade.

A situação atual é de crise. A universidade passa por uma nova crise, que exige uma tomada de posição firme e decisiva por parte daqueles que estão envolvidos no seu processo.

Frente à crise, as pessoas têm as mais variadas reações. A grande maioria a considera como um acontecimento terrível. Para outras, significa algo que possibilita o exercício pacífico da inteligência. Para Kerckhove¹,

uma crise é uma oportunidade de julgamento e um objeto de julgamento. Embora muitas crises sejam criadas por ocorrências verdadeiramente imprevisíveis, muitas nascem do colapso de velhos sistemas à medida que são substituídos por novos².

Quer dizer, toda crise é uma possibilidade de crescimento e de inovação. Por isso, esse pensador canadense constata:

Perante uma crise, muitos perdem tempo a observar a velha ordem desmoronar-se, lastimando a sua sorte e lamentando o mundo que passou. Mas é preciso julgamento crítico em tempos críticos para perceber que o que interessa é o que vem aí. Então a tarefa de decidir é fácil, e fascinante³.

Consoante isso, é de se saudar o momento de crise atual como uma oportunidade para que a universidade se reinvente e inove no desempenho de sua missão multissecular. Pode-se acreditar que esse processo de reinvenção sustenta-se no tripé: 1) nova forma de apresentar seus produtos; 2) novos públicos; e 3) novos focos de atuação.

Talvez seja correto considerar que, para que se instale um processo de reinvenção, a universidade deva ser chamada a entrar em si mesma para encontrar o seu “eu” mais profundo, tocar o seu cerne e sua identidade. Nessa jornada para dentro de si, urge que vá desbastando tudo aquilo que, ao longo desses 800 anos, foi se fixando em sua identidade e que, na verdade, são estruturas periféricas. É imperioso que a academia se desfaça dos acessórios que, em cada momento histórico, foram importantes para a realização de sua função social, mas que não fazem parte constitutiva de sua identidade. A partir daí, pode-se construir uma identidade nova que, significando a reinvenção da mesma para o século XXI, dê resposta às necessidades sociais hodiernas.

No caso brasileiro, a reforma universitária de 1968 adaptou a universidade para aquele momento, consolidando um movimento de crescimen-

1 KERCKHOVE, Derrick. *A Pele da Cultura*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1997.

2 Idem, p. 111.

3 Idem ibidem.

to importante para o ensino superior. Hoje, os frutos dessa reforma estão se esgotando.

Num mundo altamente desenvolvido e tecnológico, a universidade é desafiada para que defina as suas áreas prioritárias e o modo como estas devem estar articuladas de maneira a determinar um *continuum* formativo. Organizada em torno a algumas áreas, o processo vai da graduação ao mestrado e doutorado, passando pela especialização e o tecnológico. Dada essa característica, tais áreas prioritárias exigem uma concepção a partir de carreiras profissionais, visando atender às necessidades sociais contemporâneas. Isso implica dar força para a ação transdisciplinar no desenvolvimento de produtos e ações educativas.

Junto com uma ação transversal, a universidade vê como imperioso o desafio de inovar na apresentação de seus produtos, tanto no formato quanto na linguagem. O modo de apresentá-los à sociedade ultrapassa o costume tradicional para assumir uma postura mais agressiva. Em lugar de esperar que a sociedade venha à instituição para comprar um produto, a universidade interage com pessoas e organizações para descobrir suas reais necessidades e a melhor forma de supri-las. Aqui é substantivo pensar a prática pedagógica, a compartimentação das disciplinas e orientar-se para a transdisciplinaridade e a visão sistêmica da sociedade.

Ao mesmo tempo, considerando a extrema concentração de novos entrantes no campo da educação, o repto será direcionar-se para públicos diferenciados e, ainda, escassamente atendidos. É importante e substancial que se contemplem as pessoas nas diversas fases de sua vida, da infância à senioridade. Para cada estágio, produtos distintos podem ser pensados e estruturados. Também na busca de novos públicos aparecem as empresas, como clientes corporativos, e a ampliação geográfica, por intermédio do ensino a distância, a partir do qual está surgindo uma nova modalidade: o ensino híbrido. O aluno faz o seu curso na modalidade a distância, mas a cada 15 dias, num sábado, vem ao campus para trabalhar nos laboratórios. Ganha força, nesse sentido, a consolidação de alianças corporativas com empresas que, articuladas com a universidade, poderão ter as suas necessidades de formação atendidas de maneira mais específica.

Inovação universitária envolve, inclusive, focar de modo distinto a ação educativa para além do processo de ensino e pesquisa, ampliando o conceito de educação. Significa entender como processo autenticamente educacional práticas como a de assessoria, a de prestação de serviço e a de pesquisa aplicada e que se inserem no escopo da missão universitária.

2. A inteligência competitiva

Para estar em dia com a inovação e a sua reinvenção, a universidade deve discernir quais as alternativas mais adequadas para o momento. Por exemplo, valer-se do concurso de pessoas representativas da sociedade e do mundo empresarial, respaldando as ações tendentes a contribuir para o desenvolvimento social sustentável. A novidade é a transformação no modo de a universidade se relacionar com a sociedade, devendo assumir o papel de copromotora da discussão e disseminação de temas necessários para o desenvolvimento da área empresarial.

Parece se constituir em uma outra ação para responder aos imperativos da reinvenção o estabelecimento de um núcleo de inteligência competitiva. Compreende-se a inteligência competitiva como um processo sistemático e proativo de coleta, análise e disseminação de informações necessárias à tomada de decisões estratégicas – que envolve um conjunto de habilidades e operações (raciocínio, memória, imaginação, sentimentos, comunicação) e faz uso de diferentes instrumentos (indivíduos e instituições, cultura da instituição, ferramentas tecnológicas) – guiado pelos objetivos estratégicos da instituição.

O objetivo é proporcionar agilidade, competência e qualificação adequadas para responder às necessidades da sociedade e do mundo empresarial.

3. Gestão por processos

Em virtude das aderências externas que a estrutura universitária recebeu ao longo de seus anos de existência, seus processos de gestão tornaram-se extremamente complexos e burocráticos. Por isso, parece que a estrutura universitária precisa passar por um esforço de simplificação dos processos internos, tornando-os mais ágeis e flexíveis. Evitar dinâmicas de retrabalho, oferecer aos alunos, no extraclasse, pronto atendimento, sem burocracia nem demora.

Aqui está a exigência da gestão por processos os quais devem balizar a ação do gestor na administração da universidade. A gestão por processos não comporta ações isoladas, mas sistêmicas.

4. Gestão por projetos

Outro imperativo da reinvenção passa pela opção por uma gestão por projetos. Há que cuidar para não identificar gestão por projetos com gestão de projetos. Toda e qualquer instituição (mais ainda a universitária)

é chamada a gerir seus projetos com competência a habilidade. Pelo contrário, a gestão por projetos entranha uma nova postura gerencial que implica, para a universidade, um modo novo de atuar. Por sua peculiaridade, questiona-se a possibilidade de organizar o gerenciamento da universidade apenas por projetos. Num sentido *lato*, um curso pode ser considerado um projeto. Entretanto, a ele não se aplicam as leis que regem um projeto propriamente dito (princípio, meio e fim). Desse modo, talvez fosse mais aplicável à universidade um modelo misto de gerenciamento. De um lado, dentro das rotinas do mundo universitário, haveria a gestão dos diversos cursos e programas. De outro, a identificação de projetos importantes para a sociedade que receberiam uma gestão própria, adequada às exigências e rapidez do mundo contemporâneo. Aqui estariam reunidos a inteligência competitiva e os espaços privilegiados de inovação.

Resta salvaguardada a consciência de que, não importa o modelo de gestão escolhido e aplicado, a universidade deve gerenciar os seus diversos projetos com competência e eficácia. A tradição universitária, com sua morosidade e complexidade, não tem primado, nos últimos tempos, por gerir seus projetos de maneira adequada nem com resultados eficazes. Por isso, ela tem perdido tempo e dinheiro, sem devolver à sociedade aquilo que ela investiu na instituição.

5. Entraves ao projeto de reinvenção

A experiência tem mostrado que, quando se exterioriza a necessidade de reinvenção da universidade, simplifica-se, por vezes, um problema que é, por natureza, complexo. Uma das faces dessa complexidade fica notória quando diversos segmentos que compõem o conjunto da comunidade universitária, refratários a mudanças e transformações, desenvolvem inúmeras estratégias visando a frear processos de inovações.

Uma dessas estratégias, talvez a mais sutil, é a que se pode denominar de *estratégia do caracol*, que é por demais conhecida. Cada movimento que faz, cada deslocamento que realiza, transporta consigo a sua própria casa. Desse modo, por mais que se movimente, nunca procede a uma verdadeira mudança, pois carrega as práticas até então costumeiras.

Numa organização, a estratégia do caracol revela-se fatal para qualquer projeto de transformação gerencial que se pretenda. Com um agravante: tal estratégia pode configurar-se de duas maneiras, cada uma com suas características peculiares.

Um projeto de gestão que se objetiva inovador pode ser boicotado quando a situação anterior (a casa) é totalmente transportada para o novo

ambiente. Todos os ideais com potencial de inovação serão bloqueados pelas estruturas carcomidas de uma casa superada e cujas condições de sobrevivência estão comprometidas. Normalmente, são modelos mentais que subsistem e que reinterpretam o novo que se gestou, subtraindo-lhe força e efetividade. Pode-se dizer que o segundo estágio dessa organização é pior do que o primeiro. Não goza das vantagens do modelo anterior nem pode aproveitar os benefícios projetados para a mudança. Desse modo, melhor seria não ter feito o movimento.

Numa universidade, isso significa manter as estruturas arcaicas de setores, com a mentalidade burocrática que emperra a novidade e a impede de aproveitar as oportunidades que a sociedade oferece para o seu desenvolvimento. A estrutura nova capta os movimentos sociais, mas o modelo mental arraigado nos seus quadros administrativos médios e no corpo docente coopta a novidade, submetendo-a aos padrões estabelecidos desde sempre.

Algumas estruturas, muitas delas aderências adquiridas ao longo da história, confundiram-se com a essência mesma da universidade. De meros acessórios, criados de acordo com determinadas conjunturas sociais, históricas e econômicas, adquiriram uma substantividade que obscureceu a identidade própria da universidade.

Contudo, muito dificilmente tal situação acontece na sua totalidade, pois os gestores da mudança, via de regra, estão atentos aos movimentos que tendem a frear o ímpeto inovador da instituição. Torna-se, assim, muito difícil um transporte total da “casa antiga” para a nova situação.

A estratégia mais sutil configura-se no transporte daquilo que está no interior da casa. Aqui as consequências são de duas ordens: ou se constrói a nova casa de acordo com os móveis que se tem ou se tenta levar para dentro da casa nova todos os móveis antigos.

O primeiro movimento ocasiona apenas uma aparência de mudança. A casa, muito embora nova, mantém o projeto antigo, agora com nova força e mais resistente às intempéries. Simula-se uma transformação que, de fato, não existe. O novo estatuído é um simulacro, sem nenhuma novidade. Tudo permanece, em essência, como antes.

O segundo movimento cria uma anomalia e uma casa quase inabitável. Seu resultado será uma casa com cômodos abarrotados e cômodos vazios. Acontece a superlotação de setores, com processos inflacionados, e novos processos deixam de ser atendidos pela absoluta inadequação dos móveis à nova habitação.

Nesse particular, a estratégia do caracol consiste em não negar a inovação, mas gerenciá-la com a lógica do modelo anterior. Como tal gerenciamento é incompatível com a estrutura emergente, surgem as obser-

vações quanto à excelência do que se tinha e dos resultados que permitiam alcançar. *Choram-se as cebolas do Egito*⁴. Como não há a coragem para propor uma volta ao passado, abundam vozes que advogam a utilização parcial dos móveis antigos, com o argumento de que poderão contribuir para o atingimento das metas estabelecidas, salvando o modelo. Aqui reside o verdadeiro *Cavalo de Troia* da gestão da inovação. Um bem tangível e inegável inocula o vírus que em curto espaço de tempo destruirá a inovação que se projeta para a organização.

A estratégia do caracol, nessa segunda maneira, é a mais comum nas instituições universitárias que pretendem gerir a inovação de modo compatível com as exigências do momento. Os melhores projetos e os mais sublimes desejos de mudança fazem água quando tal estratégia é posta em prática nas organizações.

Os assim chamados *móveis antigos* adquirem as mais diversas identidades. Tanto podem ser processos remanescentes da lógica anterior, como estruturas, modelos mentais e pessoas que conformavam a situação a ser superada que condicionam os processos inovadores e fazem com que não atinjam os objetivos pretendidos.

Entretanto, no que tange às pessoas, o exame deve ser feito com mais acuidade. O fato de terem trabalhado na estrutura anterior não configura uma inadequação ao novo e nem a necessidade de sua substituição. Entretanto, a recíproca é verdadeira. Elas somente devem ser mantidas e aproveitadas na nova lógica se demonstrarem a competência necessária para gerir processos de inovação dentro da organização. Competência é um substantivo transitivo. É sempre competência para alguma coisa. No caso, competência para adequar-se às novas exigências organizacionais e contribuir para a consecução dos novos objetivos estratégicos. Do contrário, serão partes dos “móveis e utensílios antigos”, incompatíveis com o novo da instituição. São partes integrantes da estratégia do caracol.

Hoje, acredita-se que para as universidades que almejam gerir a inovação com a competência que a sociedade exige e dar resposta coerente às necessidades sociais, o equacionamento da estratégia do caracol reveste-se de significado substantivo. Identificar corretamente e desenvolver anticorpos para neutralizá-la é questão de vida ou morte para a instituição universitária.

Caso uma universidade queira realmente fazer diferença no mundo de hoje, ela é chamada a promover a gestão da inovação. Para fazer isso,

4 Dizia-se do povo judeu que, ao enfrentar as agruras do deserto, lamentavam a falta do pão e da cebola que usufruíam quando escravos no Egito.

necessita neutralizar a estratégia do caracol que subsiste, inatamente, no seu interior.

6. Sintetizando

Como se pode ver, tendo presente que o negócio da universidade é o processo educativo, a formação é parte constitutiva de sua identidade. O desafio do presente é tentar estabelecer o conceito de educação nesse milênio, bem como estabelecer os parâmetros da formação que a sociedade exige hoje para atingir seus objetivos de desenvolvimento humano e social.

II. Avaliar para transformar

Para estar em consonância com o futuro, acredita-se que a universidade deva, hoje, adotar a prática de, com seriedade, avaliar-se e se autoanalisar, fazendo corriqueiramente uso dos resultados dessas práticas na sua gestão. Portanto, os envolvidos na comunidade universitária não devem temer o processo de avaliação a que todos têm que se submeter, cada um no seu âmbito de atuação. Ao mesmo tempo, toda e qualquer proposição avaliativa necessita passar pelo crivo da análise e do julgamento crítico. É o que se propõe no comentário a seguir que se dá no marco das instituições universitárias de caráter não estatal. Como sabemos, essas podem ser comunitárias ou privadas com fins lucrativos, segmentos que são responsáveis por mais de 70% da formação superior no país.

Normalmente, as instituições são julgadas na sua globalidade, sem as devidas distinções, e o resultado sempre tem sido desfavorável às universidades comunitárias relativamente às universidades estatais. Muito embora se reconheça que existam universidades que merecem um veredicto mais severo, devemos ter presente que há muitas instituições comunitárias (públicas não estatais) de alto nível.

Por outro lado, o reconhecimento da competência não torna desnecessário um processo de avaliação sério. Nenhuma universidade deve temer avaliação, tanto interna como externa. Pelo contrário, estar sempre se avaliando e submetendo-se à avaliação é algo que faz parte da identidade mais genuína de uma universidade. Por isso, não querer, ou não permitir, um processo de avaliação compromete a sua essência. Mais ainda, significa uma traição aos alunos que a procuram, pois a impede de ver suas debilidades e falhas.

Para a universidade, avaliar-se constantemente e ser avaliada faz parte de sua dinâmica interna. A avaliação externa, normalmente, é aceita

com naturalidade, com o fatalismo de que as regulamentações dos órgãos governamentais fazem parte do sistema. Se a universidade deseja existir, funcionar como instituição educativa, deve submeter-se à avaliação do sistema federal de educação superior do qual participa.

O problema surge quando se trata do processo interno de avaliação. Como esse processo poderá implicar mudanças, caso constatem-se nele impropriedades, as resistências são de duas ordens: vontade política e coragem para a mudança. Assim, nem sempre há condições nem vontade política para que as correções sejam feitas. Muitas vezes, quando a alta administração deseja realizar as mudanças, os quadros médios que dominam os processos emperram as ações. Isso porque o desencadeamento de um processo de mudança atingirá as atividades dos agentes que devem seguir com elas, mas segundo outro rumo. O processo pode ser trabalhoso, requerer estudos, implicar mal-estares e, talvez, ocasionar desligamentos. Nesse momento, pode ocorrer hesitação do gestor maior que não deseja o ônus de enfrentar seus subordinados, corrigi-los e, se necessário, descontinuar seu contrato de trabalho.

A Universidade, pelo contrário, avalia-se para criar condições de transformar-se e se adaptar aos novos tempos. Em outras palavras, a condição de sobrevivência da universidade está diretamente ligada à sua capacidade de, permanentemente, avaliar-se para transformar-se.

III. Quem tem medo da reforma universitária?

Foi afirmado, anteriormente, que a avaliação das universidades é inerente à sua identidade primordial. Ora, a dinâmica avaliativa traz consigo ações tendentes a melhorar o ente avaliado. Fruto do processo de avaliação emerge a necessidade de uma reforma universitária no Brasil para que nossas instituições respondam aos reptos de um novo tempo. Entretanto, reformas geram apreensão, incertezas, temores, mas as instituições comprometidas com uma educação de qualidade não temem a reforma universitária. O que significa esta afirmativa?

1. Significaria aceitar uma proposta de reforma que não faz nenhuma referência aos demais segmentos do sistema educacional?

Em absoluto! A reforma universitária precisa vir acompanhada de uma intervenção decisiva no sistema educacional, que reconceba e requalifique o ensino fundamental e o médio (técnico), criando-se assim condições para a formação das pessoas.

2. Significaria aceitar uma reforma que prescindia de um projeto para o país?

De jeito nenhum! A universidade brasileira cumprirá com qualidade suas funções se estiver alinhada com os objetivos de longo prazo estabelecidos pelo Estado, para concretizar o projeto de nação desejado. O sistema educacional deve ser tão efetivo que se aperfeiçoe continuamente para além das durações dos mandatos dos governantes e dos interesses políticos. Uma reforma universitária precisa derivar de um projeto de estado e de nação e depois de um projeto de governo; deve transcender aos interesses políticos de quem está no poder. O sistema educacional, em geral, e o universitário, em particular, não pode conviver com mudanças radicais a cada quatro anos, mas carece de um ordenamento estável.

3. Significa aceitar a ideia de que a livre iniciativa no campo educacional constituiria um mal em si, cabendo, por isso, à iniciativa estatal representar sozinha a melhor e mais virtuosa oferta de educação superior?

Em hipótese alguma! A iniciativa privada na educação é assegurada pela Constituição e atende a um direito inalienável do cidadão. A educação é um direito das pessoas e não uma concessão do Estado. O sistema deve ser regulado para que o todo tenha qualidade, independentemente do regime jurídico das instituições educacionais. Tampouco o Estado tem competência para limitar a liberdade de ensino da iniciativa privada pelo critério da função social da educação superior. Não compete ao governo estabelecer o que seja responsabilidade social e o que caracteriza a função social de uma instituição. A função social de uma universidade está claramente expressa em sua Missão e se concretiza no objeto de sua atuação: a formação humana e profissional de homens e mulheres.

A proposta de uma reforma universitária, fruto de uma consistente e acurada avaliação, deve visar todo o sistema e não apenas um segmento. Como participante do sistema federal de ensino superior, a universidade não é soberana. Isso não significa abrir mão da autonomia na gestão de seus processos administrativos ou pedagógicos. A estrutura universitária prevê órgãos internos reguladores: conselho universitário, câmaras de graduação, de pós-graduação e pesquisa, entre outros. O gestor da universidade, que arca com todos os ônus financeiros, não pode ficar subordinado a interesses setoriais, corporativos e governamentais.

Nas instituições públicas não estatais, como as confessionais e as comunitárias, a escolha da alta administração é competência da mantenedora da instituição; nas instituições públicas federais há processo de eleição de reitores segundo diferentes critérios. Quando se fala em democracia no âmbito da vida universitária, não se pode circunscrevê-la à eleição dos dirigentes máximos da universidade. Ao contrário, uma universidade democrática se expressa pela abertura para que todos possam nela entrar, sem restrições de classes, raças ou credos, abertura essa confir-

mada pelos mecanismos de filantropia e financiabilidade, postos à disposição dos que demandam seus cursos e serviços.

Por tudo isso, não se deve temer uma reforma da universidade, mas vê-la como um caminho necessário para que ela cumpra a sua missão na sociedade.

IV. Novos produtos educativos: reflexões sobre um processo

A universidade, quando busca se reinventar para um novo tempo, é chamada a realizar um intenso diálogo com a sociedade para detectar as necessidades sociais em termos de formação profissional e estabelecer parâmetros para o desenvolvimento de novos produtos, sejam eles de graduação, pós-graduação, pesquisa ou educação continuada.

Os objetivos, tanto de uma mudança estrutural como dos parâmetros a serem estabelecidos, têm como escopo dar mais agilidade e flexibilidade, combinadas com sustentabilidade e a excelência acadêmica, para que a instituição tenha capacidade de responder às demandas sociais.

Desse modo, qualquer nova proposta deve estar de acordo com o ciclo de desenvolvimento de produto, a ser estabelecido no marco do planejamento estratégico institucional.

Isso posto, resta uma questão fundamental que desafia a inteligência e a argúcia dos gestores e membros do quadro docente da universidade: *como estruturar, a partir do ciclo definido, uma proposta de novo produto que seja ágil, flexível, com qualidade acadêmica e autossustentável, respondendo a necessidades sociais claramente identificadas?*

O primeiro passo, logicamente, será a *identificação de uma necessidade social* e que pode se configurar como um nicho de mercado. A demanda pode vir de um pedido explícito, tanto do poder público como do setor empresarial, visando à solução de um determinado problema ou à supressão de uma lacuna percebida na formação de segmentos sociais, na dinâmica da formação por toda a vida, ou seja, educação continuada. Ela pode emergir, igualmente, de um processo de pesquisa, desenvolvido pela instituição, para prospectar o mercado e descobrir novas demandas. Nesse caso, o protagonismo inicial cabe à instituição, ou a algum de seus gestores ou docentes em particular. Entretanto, a intuição primária deve vir corroborada por um estudo de viabilidade, via pesquisa de mercado. Um produto pode ser de excelente qualidade, mas se não tiver ninguém disposto a comprá-lo de nada adiantará a sua organização.

A justificativa de um novo produto deve vir instruída com a exposição das necessidades a que ele se propõe debelar e dos problemas que ele deseja solucionar.

Identificada e cercada a necessidade social, a pergunta seguinte é: *quais são as competências necessárias para supri-la?* A clareza com respeito às competências é condição indispensável para a correta organização do produto a ser proposto.

Conhecidas as competências, o proponente deve explicitar os *objetivos, geral e específicos*, que, realizados, possibilitarão atingi-las. Até aqui, o encadeamento é lógico: *necessidades ou problemas, competências, objetivos*. Falta de clareza quanto aos objetivos impedirá o desenvolvimento das competências buscadas e terá como consequência o não atingimento da meta do curso: *atender necessidades, solucionar problemas*.

Com clareza nos objetivos, o passo seguinte será encontrar os *conteúdos adequados* para dar conta das competências necessárias. Entretanto, não basta ter os conteúdos explicitados. Eles necessitam ser ordenados num processo político-pedagógico adequado ao *perfil do público* a que se destina, bem como ao *tipo de competência* que se deseja desenvolver e às *necessidades* que se busca atender. Desse modo, o produto pode possuir uma estrutura modular, organizada por disciplinas, mas que possibilita uma certificação progressiva. Ou, por outro lado, pode ser construído em *Programas de Aprendizado* (PAs), em que cada um deles tem como escopo o desenvolvimento de uma ou mais competências que, no final, darão ao aluno as condições necessárias para responder às necessidades sociais ou solucionar os problemas identificados.

Seja qual for a modalidade escolhida, cada um dos momentos formativos deve vir instruído por uma *ementa* que o identifica, por *objetivos particulares* vinculados aos objetivos do curso, por *conhecimentos prévios* que se exigem dos alunos e por *conhecimentos finais* que o mesmo deverá possuir. A *bibliografia*, composta de básica e complementar, deve combinar obras recentes sobre o assunto e obras clássicas de referência obrigatória em cada área.

Aprovado o produto, dá-se início ao seu *desenvolvimento*. Aqui, faz-se o caminho inverso. O último a ser estabelecido (*os conteúdos programáticos*) será o primeiro a ser desenvolvido. O primeiro a ser estabelecido (*as necessidades, problemas e competências*) será o último a ser atingido. Cumpre-se a máxima: *o primeiro na intenção é o último na execução; o último na intenção é o primeiro na execução*.

V. Considerações finais

Retomamos o tema da reinvenção da universidade. Entrando a todo vapor no século XXI, a instituição universitária vê-se diante de conflitos e contestações.

Conflitos internos quando suas corporações se apegam a adereços que ao longo dos séculos incorporaram-se à estrutura da universidade e, por vezes, obnubilaram sua verdadeira face. Corre-se o risco de lutar por elementos adjetivos, esquecendo-se os substantivos que configuram a identidade basilar da academia.

Contestações externas quando o mundo empresarial não vê suas necessidades contempladas pelos projetos formativos das instituições. Acusam o setor universitário de não preparar o profissional adequadamente para o mundo do trabalho. É comum a queixa de que a universidade não prepara para as exigências do contexto do trabalho. Evidentemente, tais contestações, muito embora devam ser levadas em conta, não podem (nem devem) ser absolutizadas. A universidade não presta um serviço *à la carte*, nem é uma fabricante de *prêt-à-porter*. Entretanto, isso não pode ser justificativa para que a instituição fique de costas para a sociedade nem se recuse a promover a sua adequação ao mundo de hoje. Há uma gama de novas profissões que estão a exigir uma formação adequada. Junto com isso, existe a grande carência de formação humana integral das pessoas. Ao lado da preparação profissional, a formação para valores intangíveis, como justiça, solidariedade, direitos humanos, colaboração e comunicação, é condição primária para que a universidade cumpra com a sua missão social.

Os textos precedentes formam um mosaico que, no seu conjunto, traçam o perfil da universidade hoje. Como afirmamos na introdução, eles não esgotam o tema da reinvenção da universidade nem têm o poder de, sozinhos, introduzi-la nesse novo tempo. Entretanto, possuem intuições que somadas a outras percepções contribuem para que a universidade se repense, repensando a sua relação com a sociedade. Por isso, representam elementos que permitem que se anteveja uma universidade em busca de um novo tempo.

CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Edla Eggert
- N. 03 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Sonia Montaño
- N. 04 *Emani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Manfred Zeuch
- N. 06 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Renato Janine Ribeiro
- N. 07 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Suzana Kilpp
- N. 08 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Márcia Lopes Duarte
- N. 09 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Valério Cruz Brittos
- N. 10 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Édison Luis Gastaldo
- N. 11 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Márcia Tiburi
- N. 12 *A domesticação do exótico* – Paula Caleffi
- N. 13 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Edla Eggert
- N. 14 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Gunter Axt
- N. 15 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Débora Knschke Leitão
- N. 17 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Mário Maestri
- N. 18 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 20 *Sobre técnica e humanismo* – Oswaldo Giacóia Junior
- N. 21 *Construindo novos caminhos para a intervenção societária* – Lucilda Selli
- N. 22 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Valério Rohden
- N. 24 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Miriam Rossini
- N. 25 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Nisia Martins do Rosário
- N. 26 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos* – UNISINOS – Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 27 *O modo de objetivação jornalística* – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 *A cidade afetada pela cultura digital* – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde* – Porto Alegre, RS – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 *Getúlio, romance ou biografia?* – Juremir Machado da Silva
- N. 31 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – André Gorz
- N. 32 *À meia luz: a emergência de uma Teologia Gay* – Seus dilemas e possibilidades – André Sidnei Musskopf
- N. 33 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Marco Aurélio Santana
- N. 35 *Adam Smith: filósofo e economista* – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 36 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Ailton Luiz Jungblut
- N. 37 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Fernando Ferrari Filho
- N. 38 *Rosa Egípcia: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Luiz Mott
- N. 39 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Gentil Corazza
- N. 40 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – Adriana Braga
- N. 41 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Leda Maria Paulani
- N. 42 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de "A Teoria da Classe Ociosa"* – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 44 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Gérard Donnadieu
- N. 45 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Lothar Schäfer
- N. 46 *"Esta terra tem dono". Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tarajá* – Ceres Karam Brum
- N. 47 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Achyles Barcelos da Costa
- N. 48 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Gérard Donnadieu
- N. 49 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Evi-lázio Teixeira
- N. 51 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Éliada Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 *Ética e emoções morais* – Thomas Kesseling
- N. 53 *Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral?* – Adriano Naves de Brito
- N. 54 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Fernando Haas
- N. 55 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – An Vranckx
- N. 56 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Gilberto Dupas
- N. 57 *O decrescimento como condição de uma sociedade convivial* – Serge Latouche
- N. 58 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Günter Küppers
- N. 59 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Hazel Henderson
- N. 60 *Globalização – mas como?* – Karen Gloy
- N. 61 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – Cesar Sanson
- N. 62 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Regina Zilberman
- N. 63 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 64 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 65 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Artur Cesar Isaia
- N. 66 *Darcy Ribeiro e o povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Léa Freitas Perez
- N. 67 *Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 68 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – João Guilherme Barone
- N. 69 *Contingência nas ciências físicas* – Fernando Haas
- N. 70 *A cosmologia de Newton* – Ney Lenke
- N. 71 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Fernando Haas
- N. 72 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Miriam de Souza Rossini

- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Ana Maria Lução Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Octávio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território* – Arno Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Bioética* – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Atílio Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Mário Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Marcelo Penine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnologia* – Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Marilene Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Valério Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – Adriano Premevida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, termo e democrático?* – Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul* – Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentl Delanhese
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – Sonia Montaño
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Carlos Daniel Baioto
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel*
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins
- N. 131 *A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Ederson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leister
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstroem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guaranis* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airosa da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greyce Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock

- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camilla Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois?"* – Claudia Wasserman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowá e guarani Te'ykue no município de Caarapó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perrou Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legítimas culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A "Crise da Legalidade": vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luiz do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cascon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como la ley es como la serpiente; solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como "discurso-limite")* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solitário aos refugiados* – Joseane Mariêle Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castiel
- N. 189 *Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamanini
- N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca
- N. 191 *#VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci
- N. 192 *A ciência em ação de Bruno Latour* – Leticia de Luna Freire
- N. 193 *Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica* – Rodrigo Ciconet Dornelles
- N. 194 *A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade* – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 *Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica* – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 *A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico* – Adolfo Nicolás
- N. 197 *Brasil: verso e reverso constitucional* – Fábio Konder Comparato
- N. 198 *Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva* – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 *Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI* – Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodari
- N. 200 *Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia* – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 *Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética* – Jordi Maiso
- N. 202 *Fim da Política, do Estado e da cidadania?* – Roberto Romano
- N. 203 *Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania* – Maria da Glória Gohn
- N. 204 *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend* – Miguel Ângelo Flach
- N. 205 *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro* – Fábio Konder Comparato
- N. 206 *Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual* – Karla Saraiva
- N. 207 *Territórios da Paz: Territórios Produtivos?* – Giuseppe Cocco
- N. 208 *Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro* – Roberta Carneiro Baggio
- N. 209 *As possibilidades da Revolução em Elul* – Jorge Barrientos-Parra
- N. 210 *A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben* – Márcia Rosane Junges
- N. 211 *Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo* – Sandra Caponi
- N. 212 *Verdade e História: arqueologia de uma relação* – José D'Assunção Barros
- N. 213 *A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ* – José Odelso Schneider

- N. 214 *Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze* – Sandro Chignola
- N. 215 *Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação* – Alejandro Rosillo Martínez
- N. 216 *A realidade complexa da tecnologia* – Alberto Cupani
- N. 217 *A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend* – Hans Georg Flickinger
- N. 218 *O ser humano na idade da técnica* – Humberto Galimberti
- N. 219 *A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend e suas Implicações Éticas: Um Paralelo com Alasdair MacIntyre* – Halina Macedo Leal
- N. 220 *O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil* – José Eduardo Franco
- N. 221 *Neurofuturos para sociedades de controle* – Timothy Lenoir
- N. 222 *O poder judiciário no Brasil* – Fábio Konder Comparato
- N. 223 *Os marcos e as ferramentas éticas das tecnologias de gestão* – Jesús Conill Sancho
- N. 224 *O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867)* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 225 *O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais* – Xavier Albó
- N. 226 *Justiça e perdão* – Xabier Etxebarria Mauleon
- N. 227 *Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor)* – Martín Almada
- N. 228 *A vida, o trabalho, a linguagem. Biopolítica e biocapitalismo* – Sandro Chignola
- N. 229 *Um olhar biopolítico sobre a bioética* – Anna Quintanas Feixas
- N. 230 *Biopoder e a constituição étnico-racial das populações: Racialismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil* – Gustavo da Silva Kem
- N. 231 *Bioética e biopolítica na perspectiva hermenêutica: uma ética do cuidado da vida* – Jesús Conill Sancho
- N. 232 *Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul* – Dirceu Beninac e Vânia Aguiar Pinheiro
- N. 233 *Capitalismo biocognitivo e trabalho: desafios à saúde e segurança* – Elsa Cristine Bevan
- N. 234 *O capital no século XXI e sua aplicabilidade à realidade brasileira* – Róber Iturrut Avila & João Batista Santos Conceição
- N. 235 *Biopolítica, raça e nação no Brasil (1870-1945)* – Mozart Linhares da Silva
- N. 236 *Economias Biopolíticas da Dívida* – Michael A. Peters
- N. 237 *Paul Feyerabend e Contra o Método: Quarenta Anos do Início de uma Provocação* – Halina Macedo Leal
- N. 238 *O trabalho nos tigrificos: escravidão local e global?* – Leandro Inácio Walter
- N. 239 *Brasil: A dialética da dissimulação* – Fábio Konder Comparato
- N. 240 *O irrepresentável* – Homero Santiago
- N. 241 *O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno* – Castor Bartolomé Ruiz
- N. 242 *Uma crise de sentido, ou seja, de direção* – Stefano Zamagni
- N. 243 *Diagnóstico Socioterritorial entre o chão e a gestão* – Dirce Koga
- N. 244 *A função-educador na perspectiva da biopolítica e da governamentalidade neoliberal* – Alexandre Fioridi de Carvalho
- N. 245 *Esquecer o neoliberalismo: aceleraçãoismo como terceiro espírito do capitalismo* – Moyses da Fontoura Pinto Neto
- N. 246 *O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo biocognitivo* – Andrea Fumagalli
- N. 247 *Educação, indivíduo e biopolítica: A crise do governo* – Dora Lília Marin-Díaz
- N. 248 *Reinvenção do espaço público e político: o individualismo atual e a possibilidade de uma democracia* – Roberto Romano
- N. 249 *Jesuítas em campo: a Companhia de Jesus e a questão agrária no tempo do CLACIAS (1966-1980)* – Iraneudson Santos Costa
- N. 250 *A Liberdade Viglada: Sobre Privacidade, Anonimato e Vigilantismo com a Internet* – Pedro Antonio Dourado de Rezende
- N. 251 *Políticas Públicas, Capitalismo Contemporâneo e os horizontes de uma Democracia Estrangeira* – Francini Lube Guizardi
- N. 252 *A Justiça, Verdade e Memória: Comissão Estadual da Verdade* – Carlos Frederico Guazzelli
- N. 253 *Reflexões sobre os espaços urbanos contemporâneos: quais as nossas cidades?* – Vinícius Nicastro Honesko
- N. 254 *Ubuntu como ética africana, humanista e inclusiva* – Jean-Bosco Kokozi Kashindi
- N. 255 *Mobilização e ocupações dos espaços físicos e virtuais: possibilidades e limites da reinvenção da política nas metrópoles* – Marcelo Castañeda
- N. 256 *Indicadores de Bem-Estar Humano para Povos Tradicionais: O caso de uma comunidade indígena na fronteira da Amazônia Brasileira* – Luiz Felipe Barbosa Lacerda e Luis Eduardo Acosta Muñoz
- N. 257 *Cerrado. O laboratório antropológico ameaçado pela desterritorialização* – Altair Sales Barbosa
- N. 258 *O impensado como potência e a desativação das máquinas de poder* – Rodrigo Karmy Bolton
- N. 259 *Identidade de Esquerda ou Pragmatismo Radical?* – Moyses Pinto Neto
- N. 260 *Itinerários versados: redes e identizações nas periferias de Porto Alegre?* – Leandro Rogério Pinheiro
- N. 261 *Fugindo para a frente: limites da reinvenção da política no Brasil contemporâneo* – Henrique Costa
- N. 262 *As sociabilidades virtuais glocalizadas na metrópole: experiências do ativismo cibernético do grupo Direitos Urbanos no Recife* – Breno Augusto Souto Maior Fontes e Davi Barboza Cavalcanti
- N. 263 *Seus hipóteses para ler a conjuntura brasileira* – Sauro Bellezza
- N. 264 *Saúde e igualdade: a relevância do Sistema Único de Saúde (SUS)* – Stela N. Meneghel
- N. 265 *Economia política aristotélica: cuidando da casa, cuidando do comum* – Armando de Melo Lisboa
- N. 266 *Contribuições da teoria biopolítica para a reflexão sobre os direitos humanos* – Aline Albuquerque
- N. 267 *O que resta da ditadura? Estado democrático de direito e exceção no Brasil* – Giuseppe Tosi
- N. 268 *Contato e improvisação: O que pode querer dizer autonomia?* – Alana Moraes de Souza
- N. 269 *Aperversão da política moderna: a apropriação de conceitos teológicos pela máquina governamental do Ocidente* – Osiel Lourenço de Carvalho
- N. 270 *O campo de concentração: Um marco para a (bio) política moderna* – Viviane Zarembski Braga
- N. 271 *O que caminhar ensina sobre o bem-viver? Thoreau e o apelo da natureza* – Flávio Williges
- N. 272 *Interfaces da morte no imaginário da cultura popular mexicana* – Rafael Lopez Villaseñor
- N. 273 *Poder, persuasão e novos domínios da(s) identidade(s) diante do(s) fundamentalismo(s) religioso(s) na contemporaneidade brasileira* – Celso Gabatz
- N. 274 *Tarefa da esquerda permanece a mesma: barrar o caráter predatório automático do capitalismo* – Acaaim Oliveira
- N. 275 *Tendências econômicas do mundo contemporâneo* – Alessandra Smerilli
- N. 276 *Uma crítica filosófica à teoria da Sociedade do Espetáculo em Guy Debord* – Atilio Machado Peppe
- N. 277 *O Modelo atual de Capitalismo e suas formas de Captura da Subjetividade e de Exploração Social* – José Roque Junges
- N. 278 *Da esperança ao ódio: Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo* – Rosana Pinheiro-Machado e Lucia Mury Scalco
- N. 279 *O mal-estar na cultura medicamentarizada* – Luis David Castiel
- N. 280 *Mistérios da economia (divina) e do ministério (angélico). Quando a teologia fornece um paradigma para a filosofia política e esta retroage à teologia* – Alain Gignac
- N. 281 *A Campanha da Legalidade e a radicalização do PTB na década de 1960. Reflexos no contexto atual* – Mário José Maestri Filho
- N. 282 *A filosofia moral de Adam Smith face às leituras reducionistas de sua obra: ensaio sobre os fundamentos do indivíduo egoísta contemporâneo* – Angela Ganem
- N. 283 *Vai, malandra. O despertar ontológico do planeta fome* – Armando de Melo Lisboa
- N. 284 *Renda básica em tempos difíceis* – Josué Pereira da Silva
- N. 285 *Isabelle Stengers No tempo das catástrofes. Quinze questões e um artifício sobre a obras* – Ricardo de Jesus Machado
- N. 286 *O "velho capitalismo" e seu fôlego para dominação do tempo e do espaço* – Luiz Gonzaga Belluzzo
- N. 287 *A tecnologia na vida cotidiana e nas instituições: Heidegger, Agamben e Stoterdjik* – Itamar Soares Veiga
- N. 288 *Para arejar a cúpula do judiciário* – Fábio Konder Comparato
- N. 289 *A Nova Previdência via de transformação estrutural da seguridade social brasileira* – Marilinda Marques Fernandes



Pedro Gilberto Gomes. Possui graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1973), especialista em Teologia pela Pontifícia Universidad Católica de Santiago, mestrado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1987) e doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1991). Atualmente é professor titular da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Jornalismo e Editoração, atuando principalmente nos seguintes temas: comunicação, comunicação cristã, comunicação, cultura e mídia. Membro do Conselho

de Ciência, Tecnologia e Inovação do Rio Grande do Sul, Membro e Vice-Presidente do Conselho Superior da FAPERGS (Fundação de Amparo à Pesquisa do estado do Rio Grande do Sul. Exerce o cargo de Vice-Reitor da Unisinos e é Diretor da Editora da mesma Universidade.

Algumas publicações do autor

GOMES, Pedro Gilberto. *Dos meios às mediações*: Jesús Martín-Barbero na teoria da comunicação da Unisinos. **MATRIZES** (USP. IMPRESSO), v. 12, p. 189-202, 2018.

_____. *Midiatização*: um conceito, MÚLTIPLAS VOZES. Revista **FAMECOS** (Online), v. 23, p. 22253, 2016.

_____. *Mediatization*: a concept, multiple voices. **ESSACHESS - Journal for Communication Studies**, v. 9, p. 197-212, 2016.

_____. *Midiatização da Sociedade*: uma primeira opinião. **Verbo**, v. 11, p. 34-36-36, 2015.

Outras contribuições do autor

GOMES, Pedro Gilberto. O impacto da midiatização na sociedade latino-americana. Entrevista especial publicada por **IHU on-Line**, em 30 de agosto de 2008. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/16332>

_____. "O processo de midiatização nos coloca em outra ambiência social". Entrevista especial publicada por **IHU on-Line**, em 12 de abril de 2009. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/21342>

_____. Um projeto para o nosso tempo. Artigo publicado por **IHU on-Line**, em 19 de março de 2011. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/41520>



UNISINOS